

Pressupostos estéticos do academicismo literário: A literatura brasileira no início do século XX

Maurício Silva

Abstract. This paper analyzes the cultural context of pre-modernism in Brazil, highlighting the process of canonization of authors by literary historiography, among other aesthetic and literary aspects of Brazilian literature. Furthermore, this paper analyzes the possible relationships between pre-modernist authors and the Academia Brasileira de Letras in the late nineteenth and early twentieth centuries.

Sob o influxo das mais diversas reformas e transformações, a Capital Federal vivia, nos anos que norteavam a passagem do século XIX para o XX, um período de súbito esplendor: não apenas a cidade, mas também a sociedade se renovava e se modernizava; a tecnologia—impulsionada pela recente Segunda Revolução Industrial—ganhava igualmente foros de novidade perene, com seus automóveis, aviões, máquinas diversas e invenções; levava-se adiante um *processo civilizatório* excludente, caracterizado por uma singular febre de saneamento público; os símbolos mais acabados do novo estilo de vida que se inaugurava com a virada do século espalhavam-se por toda parte, indo desde as famosas confeitarias e salões, às ruas e avenidas mais frequentadas, sem deixar de contar com os teatros, cinemas e casinos que surgiam por toda a cidade.

Glória e esplendor superficiais, é verdade, já que procuravam esconder—sob o manto diáfano da *joie de vivre*—os sintomas típicos de uma aguda crise social e econômica, que revelariam a face mais cruel da incipiente república.

Assim, não obstante ser o elemento superficial que contava para uma sociedade mundana cada vez mais atuante no comando das decisões políticas e administrativas do estado, entrevia-se, no bojo desse entusiasmado desenvolvimento, uma série infindável de processos marcadamente decadentes, refletindo um estilo de vida caracterizado por crises de toda espécie, mas sobretudo pelo esgarçamento do tecido social, ocasionado por um desenvolvimento urbano marginalizador, que se manifestava pelo aumento do consumo de drogas, expansão da carestia, problemas de moradia, alargamento da prostituição, crescimento da violência urbana, dilatação do desemprego etc., aspectos marcantes da vida social brasileira e que foram—na sua maioria—retratados pela literatura do período, acadêmica ou não.

Dessas contradições sociais, nasce uma necessidade de evasão, de fuga da opressora realidade circundante, enfim, de sublimação dos percalços sociais por meio de uma literatura que se consolidasse mais do que como reflexo de um pretenso lado “humano” da sociedade, como instrumento de criação de uma realidade artificialmente forjada. Por isso, literariamente falando, esse período foi marcado em profundidade por uma concepção mais ou menos padronizada da expressão artística, visão esta perfeitamente sintetizada na consideração da literatura como o *sorriso da sociedade*.

As instâncias legitimadoras do período—como, por exemplo, o jornalismo—, a par da ideologia veiculada por periódicos e dos discursos acadêmicos, deram sustentação social, por assim dizer, a um singular academicismo literário, composto pela produção ficcional de diversos autores, direta ou indiretamente vinculados à Academia Brasileira de Letras. Essa produção, moldada por uma pragmática literária rigidamente regulada, era composta por obras e autores que valiam, sobretudo, pelo modo como revelavam tramas, enredos e formas literárias, isto é, pelos recursos formais e estilísticos empregados em suas produções. Em outros termos, o que acabava contando mesmo era uma espécie de *modus faciendi* instituído pela Academia como referência a uma práxis estética a ser seguida.

A estética academicista, para efeito de comparação, opunha-se diametralmente àquela *literatura útil* de que fala Curvelo de Mendonça, cujo principal propósito era a veiculação do ideário anarco-comunista entre a classe média urbana (Rio, *O momento literário*; Luizetto; Leal). Fábio Lucas entende essa literatura como uma espécie de expressão estética contida numa denominação mais genérica de *ficção social*, a qual se divide em romance social, em que o coletivo ocupa o primeiro lugar na trama, romance político, em que predomina o

indivíduo, e romance proletário, que reflete o ponto de vista do trabalhador nas relações sociais (Lucas; Hardman, “Engenheiros, anarquistas,” “Antigos modernistas”). Curiosamente, embora possamos ver a literatura academicista como oposta a essa literatura militante e utilitária, de cunho marcadamente social, elas se igualavam no seu pragmatismo: enquanto aquela adotava uma pragmática da autopreservação burguesa, esta se empenhava por uma pragmática da denúncia da exclusão social, ambas devidamente simbolizadas por um modo particularizado de fazer literatura. Assim, para a literatura academicista, noções como as de diletantismo literário, preciosismo vocabular, cosmopolitismo, artificialismo e outras constituíam um verdadeiro *programa* estético, aprioristicamente definido e traçado sob os auspícios da Academia e seus membros.

Desse modo, o pragmatismo parecia ser o único ponto de contato com a literatura *social*—em tudo minoritária—, produzida pelos escritores ligados ao ideário anarco-comunista no Brasil daquela época. De resto, sua natureza estava muito mais próxima de um ideário burguês, sustentado pelo poder político estabelecido e por uma prática cultural institucionalizada. Trata-se, como já sugerimos antes, de uma literatura oficializada, produto de uma burguesia em ascensão, desdobramento estético do patriarcado que se burocratizava. Para Brito Broca, em célebre estudo, com a Academia tornava-se quase que necessário o aburguesamento do escritor (*A vida literária no Brasil*) e, para Francisco Foot Hardman, durante a Primeira República, “a literatura foi um dos principais veículos, senão o principal, da ideologia dominante” (“Palavra de ouro” 80; Prado “Nacionalismo literário”).

Essa equação que aliava, num mesmo campo intelectual, prestígio social e produção literária, cultura oficial e estilização artística revelou-se de grande sucesso para a maioria dos academicistas, alçando-os à categoria de principais representantes da literatura brasileira durante a passagem do século. Tal equação pode ser resumida nessas palavras bastante sugestivas de um estudioso do período:

os intelectuais gozavam de um prestígio invulgar, envoltos na aura da glória. Paralelamente, seu poder de fogo crítico e criativo se acha encolhido, estando às vezes anulado, quer pela co-optação, quer por manipular a literatura com o propósito de ascender socialmente e tirar proveito das benesses proporcionadas pela condição de escritor, fazendo da criação literária uma atividade frívola e inócua, simples lazer [...]. [A] literatura detinha a palma na área cultural. Mas não seria preciso espetá-la para perceber que estava murcha, insossa, ‘sorriso da sociedade’. Vigora um neo-parnasianismo já bagaço, estilo por excelência das camadas dirigentes, com

seu versejar virtuosístico, sua linguagem empolada, pendurada com os berloques das tiradas de efeito, seus ditos galantes, suas chaves de ouro. (Reis 106–108)

Evidentemente, o fato de vigorar entre os acadêmicos uma estética marcada por efeitos, na sua maioria, ornamentais não significa que esses mesmos acadêmicos deixassem de perceber a ação deletéria de tais efeitos sobre a produção literária. Representantes de destaque de uma literatura entre diletante e laudatória, entre afetada e artificial, com pouca ação romanesca e demasiadamente palavrosa, com enredos simplórios, padronizados e com virtuosismos linguísticos, alguns acadêmicos, numa atitude de quase autofagia, deblateravam contra um pretenso depauperamento da literatura nacional: enquanto Humberto de Campos chamava a atenção para o fato de a expressão literária carecer de autores verdadeiramente originais, caracterizando-se antes por “sugadores” de idéias alheias (*Mealheiro de Agripa* 53); Álvaro Guerra, membro da Academia Paulista de Letras, apontava, em 1916, para o mesmo problema, diagnosticando a carência crônica de originalidade na produção estética—“gravíssimo e talvez insanável morbo da literatura no Brasil” (127). Mais radical em suas posições a respeito dessa questão, outro ilustre membro da Academia, Medeiros e Albuquerque, em entrevista a João do Rio, afirma mesmo ser impossível pensar em literatura nacional pela própria ausência de uma nacionalidade brasileira (cit. em Rio, *O momento literário* 68). Enfim, João do Rio, em texto publicado postumamente, apontava para a penúria literária numa nação obsessivamente “à espera de idéias estrangeiras” (*O momento literário* 70).

É certo que a crítica veiculada pelos acadêmicos de primeira linha soava algo leviana, fazendo parte de um discurso vazio e sem impacto e impondo-se mais como exercício de retórica; em outras palavras, representava uma teoria que não tinha correspondência efetiva na prática de sua produção literária, revelando-se um conglomerado de frases de efeito e caindo no mais absoluto esquecimento. Basta recordarmos algumas opiniões veiculadas pelos literatos oficializados em seus discursos acadêmicos, como aquelas que defendem a preservação do vínculo da literatura brasileira com a tradição literária européia, o que vai de encontro à suposta falta de originalidade dos literatos.

Mas se os próprios acadêmicos emergiam como críticos de uma situação pela qual, em grande parte, eles mesmos eram os responsáveis, com muito mais razão essa situação era criticada por aqueles escritores e intelectuais do período que assumiram um posicionamento ideológico e estético de franca oposição ao academicismo vigente.

É o caso de Lima Barreto, o mais fervoroso dos antiacadêmicos, ao criticar o corporativismo que campeava no meio literário nacional; ou de Gilberto Amado, que, num gesto de insatisfação com a situação da literatura do período, afirma peremptoriamente:

o que nos calharia no momento actual, do ponto de vista literário, seria, por assim dizer, uma agitação romantica no sentido que essa expressão pudesse comportar de exaltação febril da imaginação creadora, de desprezo ostensivo das fôrmas consagradas, de arrancada gloriosa para o novo, o nunca dito, o interessante [...]. E é evidente que não pode ser com academicismos, linguismos e bobagismos, que havemos de constitui-la. (52)

Há, é certo, muito de rancor inconsequente e despeito em algumas das críticas veiculadas por contundentes e obstinados antiacadêmicos do período, mas o que importa mesmo é que se trata de evidências constatadas no calor da hora de acontecimentos responsáveis, como aludimos há pouco, pelo emprego de recursos literários (diletantismo, preciosismo, cosmopolitismo, artificialismo, etc.) e atitudes socioculturais (afetação, frivolidade, virtuosismo, etc.), advindas da moldura institucional do discurso literário academicista.

Mas talvez nenhuma outra marca estética caracterize tanto o academicismo literário como seu apego incondicional ao *formalismo*, o qual preenche, como poucos conceitos, a condição—já aludida por Humberto de Campos no prefácio à antologia de textos e discursos proferidos na Academia Brasileira de Letras—de autêntico “modelo acadêmico” (*Antologia da Academia Brasileira* 12) sob o qual impera uma espécie de *mística parnasiana da forma*. Em termos gerais, ela se define pela completa submissão à plasticidade de imagens literárias, construídas a partir do apego incondicional ao perfeccionismo linguístico ou do exagero preciosista dos torneios frásicos. Enfim, por uma deliberada e absoluta apologia da forma, quase sempre em detrimento do conteúdo.

Os autores academicistas, nesse sentido, viviam uma espécie de dramática contradição, marcada pela dicotomia forma/fundo: de um lado, eram tomados por uma síndrome da linguagem purista e do formalismo contemplativo; de outro lado, eram, não poucas vezes, levados a tratar de temas de extração popular, pouco condizente com o retoricismo em que eram vazadas prosa e poesia academicistas. Oposição que raramente alcançava um equacionamento positivo, resultando em obras de fundo mundano, assentadas sobre uma linguagem pretensamente erudita, a qual se constituía em fator de diferenciação

entre as escritas acadêmica e jornalística, esta última, curiosamente, responsável pela consolidação do academicismo no Brasil, divulgando os autores e tornando-os profissionais da escrita.

Mas esse apego incondicional ao formalismo literário já vinha de longe; apenas se adensara com a emergência da estética parnasiana no final do século XIX e com a prevalência dos acadêmicos na passagem para o século XX, aliás, declarados cultores do Parnasianismo literário. Neste sentido, alguns indícios atestam que essa tendência ao formalismo teria encontrado suas primeiras manifestações relevantes na Colônia, com o modelo educacional então adotado, como sugere Fernando Azevedo, para quem a educação, naquela época, estava intimamente relacionada à família, à Igreja e ao poder político-econômico. O ensino, portanto, misturava o gosto pela sociedade aristocrática e o empenho dos padres na difusão do conhecimento, segundo as premissas da religião. O púlpito, com sua linguagem particular, tornava-se, logo, a arena das discussões:

de fato, desse ensino que se completava com a escolástica e a apologética, provieram não somente o interesse pela vernaculidade e o pendor para dar a tudo expressão literária, como também o amor à forma pela forma, o requinte e os rebuscamentos, e o gosto das disputações que, mais tarde, no Império e na República, pela associação do espírito literário e do espírito jurídico, deviam prolongar-se nas controvérsias gramaticais e filológicas, como nas polémicas literárias. (Azevedo 20)

Dando continuidade a essa espécie de tradição do formalismo ligado à eloquência por vezes vazia e verborrágica, poder-se-iam apontar as academias no século XVIII; aquela “poesia retórica,” de fundo moralizante e pedagógico, detectada por Alfredo Bosi (90) entre os pré-românticos, na passagem do XVIII para o XIX; ou a oratória de um Rui Barbosa na passagem do século XIX para o XX.

Como sugerimos, esse “amor à forma pela forma” pode ser facilmente detectado na produção literária da passagem do século, ocorrendo não de modo inconsciente, mas como resultado de uma deliberada assunção dos preceitos estéticos provenientes do Parnasianismo, fato evidenciado pela literatura da época e confirmado pelas várias tentativas de historicizar nossa produção literária no calor da hora dos acontecimentos. É assim que—apenas a título de exemplo—um acadêmico do porte de Graça Aranha, em conferência realizada no *Atheneu Argentino* (Buenos Aires, 1897), traçando um panorama da literatura brasileira do período, proferia estas representativas palavras, num

discurso que em tudo pode ser tomado como uma espécie de diagnóstico oficial da literatura então produzida:

somos um povo de homens de letras: não quer isto dizer que sejamos grandes escriptores, grandes poetas ou oradores; apenas significa que temos em alta dóse, talvez com prejuízo de mais vitaes energias, a sensualidade da frase [...]. *Vivemos da forma*. Para saboreal-a melhor, separamol-a do pensamento, e com que delicia não contemplamos as transformações por que passou a frase antiga, simples, lapidaria, limpida, até chegar ao complicado periodo moderno, em que a palavra é feita de musica, impregnada de pintura, e carregada de electricidade. (181–213; grifo meu).

Forma separada do pensamento: talvez tenhamos, aí, a síntese de um dos aspectos estéticos mais representativos da literatura academicista, com seus torneios verbais, sua “sensualidade da frase,” seu exagero, seu preciosismo linguístico, sua plasticidade na composição de imagens, seus rebuscamentos vocabulares, sua acuidade gramatical, seu lusitanismo vernáculo, enfim sua obstinada *literatização* da própria literatura, num flagrante privilégio da *forma* em detrimento do *pensamento*, pela incorporação de pressupostos literários próprios da estética parnasiana.

Com efeito, é no Parnasianismo que os escritores academicistas foram buscar muitos dos elementos estéticos que comporiam seu peculiar *modus faciendi*, já que é por meio dessa estética que o culto à forma alcança o paroxismo. Para um crítico como Péricles Eugênio da Silva Ramos, o Parnasianismo pode ser considerado o “reino das formas fixas” (317) e para um crítico não menos atento, como Tristão de Athayde, ele era marcado pelo “amor das formas cheias e das rimas ricas” (cit. em Lima 81). Mesmo entre aqueles críticos que presenciaram, no calor da hora, o auge da estética parnasiana, percebe-se essa tendência à vinculação da expressão parnasiana ao rigor formal: para Araripe Júnior, por exemplo, os parnasianos ficariam conhecidos, na historiografia literária, como os “cultores da forma impecável” (108)

De fato, eram exatamente aspectos como a precisão vocabular (*mot juste*), a plasticidade, a correção gramatical, a *impassibilidade* das imagens e outras marcas parnasianas que os academicistas—cuja formação literária tinha, em muitos casos, se consumado durante a vigência do Parnasianismo—cultivavam (Pacheco; Cidade; Broca, *Naturalistas, parnasianos*). Essa adoração quase mística da forma pode ser percebida, por exemplo, nas profissões de fé dos mais representativos autores e/ou críticos academicistas, como é o caso de um

Olavo Bilac, para quem a pena “Corre; desenha, enfeita a imagem, / A idéia veste: / Cinge-lhe ao corpo a ampla roupagem / Azul-celeste / (Pois) Minha pena / Segue esta norma, / Por te servir, Deusa serena, / Serena Forma!” (“Profissão de fé” 06); ou, ainda, de um Coelho Neto, que igualmente numa profissão de fé sugestivamente intitulada “A forma,” confessa: “por ella o meu sangue, toda minh’alma para resguardal-a: é o meu amor, é o meu idolo, é o meu ideal—a Forma” (*Rapsodias* 9).

Chega a ser curioso como, para os academicistas—cultores confessos do formalismo parnasiano—, a forma se apresenta como uma espécie de vestimenta da ideia, perspectiva já presente nos versos citados de Bilac e que prolifera por outros escritores do período, sobretudo Coelho Neto, para quem, no final das contas, “a *Fórma* é o revestimento artistico da phrase” (*Compêndio* 33).

Trata-se, evidentemente, de concepções bastante singulares do que seja a obra de arte, principalmente a obra de arte literária, afirmando-se como uma perspectiva assumidamente tributária do mais puro esteticismo parnasiano de origem francesa. Em seu curioso e verborrágico livro *Nós, as abelhas* (1936), por exemplo, Martins Fontes—devoto um tanto tardio do Parnasianismo—, defende a ideia de que essa estética teria servido como elo de ligação e, nas suas próprias palavras, “communhão sacerdotal” entre franceses e brasileiros, fazendo, parnasianamente, a seguinte comparação: “o *quid divinum* é a inspiração, o fogo sagrado; o *quid humanum* é o trabalho, a arte, a technica, a *fórma*” (284).

Essa distinção entre o que é inspiração e o que é técnica reverbera algumas percepções da época, como aquela lastimada por Francisca Júlia, a maior das poetisas parnasianas, de que sentia “presa a imaginação no limite da rima” (07) Lamentações como essa, provindas de figuras eminentes do Parnasianismo brasileiro, não constituíam propriamente uma afronta à expressão estética parnasiana, mas deixam em aberto um flanco para todo tipo de ataques contra o que era considerado, por muito críticos e artistas do período, um excessivo apego ao formalismo estilístico em detrimento do conteúdo.

Com efeito, não foram poucas as críticas contra os abusos estéticos dos parnasianos de primeira hora, compreensivelmente associados às mais relevantes figuras do academicismo literário. Num texto instigante e inteligente, por exemplo, Gilberto Amado, fazendo uma espécie de diagnóstico da situação cultural do país, ataca esse excessivo apego à forma literária, em detrimento da mensagem; critica, assim, a deletéria influência do classicismo anatoliano, incitando os jovens autores ao “desprezo ostensivo das *fórm*as consagradas” (52). Opinião semelhante a esta, com o mesmo teor crítico, pode ser encon-

trada em Elyσιο de Carvalho, posição até certo ponto estranha num *radical de ocasião* integrante de *minorias ilustradas*, (Cândido; Prado, “*Lauréis insignes*”) mais afeito às superficialidades da vida mundana e aristocrática do que a uma autêntica literatura militante: condenando os parnasianos por “reduzir(em) a arte a uma simples questão de fôrma,” constata que por substituírem “o culto da Idéa pela Idolatria da Fôrma, nunca foram nem serão artistas” (Carvalho 54). Finalmente, Lima Barreto afirma-se, também, como um dos mais acirrados críticos do formalismo parnasiano adotado pelos acadêmicos, defendendo a ideia de que a beleza não se encontra propriamente na forma literária, mas antes em seu conteúdo e substância; semelhante constatação o levaria, imbuído daquele sarcasmo que lhe era característico, a proferir esse pouco lisonjeiro diagnóstico: “entre nós, não há nada mais parecido com um poeta parnasiano do que outro poeta parnasiano” (284–85).

Obras Citadas

- Amado, Gilberto. *Apparencias e realidades*. São Paulo: Monteiro Lobato & C., 1922. Impresso.
- Aranha, Graça. “A literatura actual do Brasil.” *Revista Brasileira* Tomo Décimo Terceiro, 1898. Impresso.
- Araripe Júnior. *O movimento literário do ano de 1893. Obra crítica de Araripe Júnior*. Vol. III. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Casa de Rui Barbosa, 1963. Impresso.
- Azevedo, Fernando. *Máscaras e retratos. Estudos literários sobre escritores e poetas do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1962. Impresso.
- Barreto, Lima. *Impressões de leitura*. São Paulo: Brasiliense, 1956. Impresso.
- Bilac, Olavo. “Profissão de fé.” *Poesias*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s.d. Impresso.
- Bosi, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1988. Impresso.
- Broca, Brito. *A vida literária no Brasil. 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. Impresso.
- . *Naturalistas, parnasianos e decadistas. Vida literária do Realismo ao pré-Modernismo*. Campinas: Unicamp, 1991. Impresso.
- Campos, Humberto de. *Antologia da Academia Brasileira de Letras. Trinta anos de discursos acadêmicos. 1897–1927*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1960. Impresso.
- . *Mealheiro de Agripa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936. Impresso.
- Cândido, Antonio. “Radicais de ocasião.” *Teresina etc.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 83–94. Impresso.
- Carvalho, Elyσιο de. *As modernas correntes esthéticas na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1907. Impresso.
- Cidade, Hernâni. *O conceito de poesia como expressão da cultura. Sua evolução através das literaturas portuguesa e brasileira*. São Paulo: Livraria Acadêmica, 1946. Impresso.
- Fontes, Martins. *Nós, as abelhas (reminiscências da epocha de Bilac)*. São Paulo: J. Fagundes, s.d. Impresso.

- Guerra, Álvaro. *Palestras com a mocidade*. São Paulo: Poca Weiss & C., 1916. Impresso.
- Hardman, Francisco Foot. "Antigos modernistas." *Tempo e História*. Org. Aarão Novaes. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992. 289–305. Impresso.
- . "Engenheiros, anarquistas, literatos: sinais da Modernidade no Brasil." *Sobre o pré-Modernismo*. Eds. José Murilo de Carvalho *et al.* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. 23–30. Impresso.
- . "Palavra de ouro, cidade de palha." *Os pobres na literatura brasileira*. Org. Roberto Schwarz. São Paulo: Brasiliense, 1983. Impresso.
- Júlia, Francisca. *Espingues*. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia. Editores, 1903. Impresso.
- Leal, Cláudia F. B. "Literatura útil. Um estudo sobre três textos de ficção literária. 1900–1902." *Projeto memória de leitura*, Unicamp: Campinas, 2001. Web. <<http://www.unicamp.br/iel/memorial/ensaios/baeta.html>>.
- Lima, Alceu Amoroso. *Primeiros estudos I. Contribuição à história do Modernismo literário. O pré-Modernismo de 1919 a 1920*. Rio de Janeiro: Agir, 1948. Impresso.
- Lucas, Fábio. *O caráter social da ficção do Brasil*. São Paulo: Ática, 1985. Impresso.
- Luizetto, Flávio. "O recurso da ficção: um capítulo da história do anarquismo no Brasil." *Libertários no Brasil. Memórias, lutas, cultura*. Org. Antônio Arnoni Prado. São Paulo: Brasiliense, 1987. 131–149. Impresso.
- Neto, Coelho. *Compêndio de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913. Impresso.
- . *Rapsodias*. Rio de Janeiro: Garnier, s.d. Impresso.
- Pacheco, João. *A literatura brasileira. O Realismo (1870–1900)*. São Paulo, Cultrix, 1971. Impresso.
- Prado, Antonio Arnoni. *Lauréis insignes no roteiro de 22*. Diss. FFLCH/USP, 1979. Impresso.
- . "Nacionalismo literário e cosmopolitismo." *América Latina. Palavra, literatura e cultura. Emancipação do discurso*. Org. Ana Pizarro. Vol. 2. São Paulo/Campinas: Memorial/Unicamp, 1994. 597–613. Impresso.
- Ramos, Péricles Eugênio da Silva. "Consciência estética e aspiração à forma." *América Latina. Palavra, literatura e cultura. Emancipação do discurso*. Org. Ana Pizarro. Vol. 2. São Paulo/Campinas: Memorial/Unicamp, 1994. Impresso.
- Reis, Roberto. "Por uma arqueologia do Modernismo." *Letras* 37 (1988): 101–114. Impresso.
- Rio, João do. *Celebridades. Desejo*. Rio de Janeiro: Pátria Portuguesa e Lusitana, 1932. Impresso.
- Rio, João. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Departamento Nacional do Livro, 1994. Impresso.

Maurício Silva holds a PhD from the Universidade de São Paulo and is director of graduate studies at the Universidade Nove de Julho and editor of the academic journal *Dialogia*. He published *A hélade e o subúrbio. Confrontos literários na Belle Époque carioca* (São Paulo: Edusp, 2006), *Sentidos secretos. Ensaio de literatura brasileira* (São Paulo: Altana, 2008), and *O novo acordo ortográfico da língua portuguesa* (São Paulo: Contexto, 2008). With Rita Couto he edited *Fernando Bonassi. Um escritor múltiplo* (São Paulo: Annablume, 2012). Email: maurisil@gmail.com